

A Extensão Universitária em Cursos de Ciências Contábeis: a percepção de estudantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte

University Extension in Courses of Accounting Sciences: the perception of students of the Metropolitan Region of Belo Horizonte

Victor Hugo Pereira¹
Fátima Maria Penido Drumond²
Ev'Angela Batista Rodrigues de Barros³

RESUMO

O presente estudo se propôs a analisar a percepção de discentes de cursos superiores em Ciências Contábeis de instituições de Belo Horizonte no que tange à extensão universitária. A pesquisa caracteriza-se como exploratória, de natureza qualitativa e a metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, para aporte teórico, respaldada em procedimentos técnicos visando à validação empírica. Para tanto, foi elaborado e aplicado questionário semiestruturado como instrumento para o levantamento de dados, enfocando um conjunto de perguntas que permitiu identificar a percepção dos estudantes quanto ao modo como as instituições de nível superior abordam a extensão universitária, como os alunos participam de tais ações, o papel do coordenador de extensão e os benefícios da relação aluno / universidade e sociedade, ao desenvolver práticas de extensão. O estudo realizado constituiu-se pela análise de corpus – 124 estudantes de graduação em Contabilidade, em instituições públicas e privadas da RMBH. Os dados foram avaliados através de técnica descritiva e de análise conjunta. Nestas análises, verificou-se o desconhecimento das práticas extensão nas universidades pesquisadas, a partir das respostas dos estudantes entrevistados. Acredita-se que os resultados podem gerar informações relevantes para o planejamento dos gestores destas IES, como os coordenadores de extensão, que se reverta em maior apropriação pelos alunos universitários quanto à importância das práticas de extensão no processo de educação e formação do discente.

Palavras-chave: Extensão universitária. Curso de Ciências Contábeis. Percepção sobre práticas extensionistas.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the perception of accounting majors in higher education institutions in the city of Belo Horizonte regarding university extension. The research is characterized as exploratory, descriptive, of qualitative nature, and the methodology used was bibliographic research backed by technical procedures aiming empirical validation. Therefore, a semi-structured questionnaire was designed and applied as an instrument for data collection, featuring a set of questions which identified the perception of students as to how higher education institutions address university extension, as well as how students participate in such actions, the role of the extension coordinator and the benefits of the relationship student / university and society in developing outreach practices. The field study conducted constituted by the analysis of the sample of 124 accounting students, in public and private institutions in the city of Belo Horizonte. The data collected were assessed using descriptive technique and joint analysis. In these analyses, it was verified the unfamiliarity with extension practices in subject universities, based on the responses given by the students interviewed. It is believed that these results can bring forth relevant information to the planning of university managers, such as the extension coordinators, that may revert to greater ownership by university students on the importance of extension practices in the process of education and student development.

Keywords: Continuing education. Accounting. Perception of extension practices. Initial formation.

¹Graduado em Ciências Contábeis pela PUC Minas. Mestrando em Controladoria e Contabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: victorhpra@yahoo.com.br.

² Professora Assistente II do Curso de Ciências Contábeis / ICEG Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: fatimadrumond@pucminas.br.

³ Professora Adjunta IV do Curso de Letras / ICH Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: evangelabrbarros@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A partir da promulgação da Constituição Federal do Brasil (1988), em seu artigo 207, temos o preceito de que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Como forma de consolidação deste princípio, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), naturaliza-se a visão de que devam ser equiparados os tratamentos conferidos às três dimensões.

A materialização dessas três dimensões indissociáveis apresenta-se, no âmbito das universidades brasileiras, como uma de suas mais necessárias virtudes, como expressão de compromisso social, mas também se constitui em grande desafio; o exercício de tais funções passa a ser exigido como indicador de excelência no ensino superior e sustentáculo para uma formação profissional à luz da produção e disseminação do conhecimento científico, sem descuidar da interlocução com a produção de outros saberes, advindos do seu exterior.

Isso se explica se considerarmos que a formação profissional em nível superior no Brasil vem sofrendo grandes alterações em termos de quantidade e diversificação em suas ofertas, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1990, com a nova LDB (COSTA *et al*, 2015), que se mostra mais atenta com as demandas mercadológicas e as decorrências de avanços tecnológicos: inovação, sustentabilidade e eficiência se tornam algumas das palavras de ordem a serem incorporadas aos currículos dos cursos de graduação das diversas áreas – humanas, gerenciais, da saúde, exatas, etc.

Nesta tríade, a última e mais nova dimensão, cuja relevância vem ainda sendo consolidada é a extensão, daí nosso interesse por uma maior investigação desse aspecto. A maioria dos trabalhos realizados sobre o tema enfoca o processo de construção histórica da extensão e sua inserção na universidade como uma terceira função. Entretanto, em menor número são aqueles que investigam a prática dos projetos, seu dia a dia, sua influência no processo de formação dos discentes e sua contribuição para a consolidação de um campo de conhecimento específico e das consequências dessas práticas acadêmicas (CERQUEIRA, 2010).

A extensão universitária tem sido alvo de críticas e proposições, cortejada por diversos setores da sociedade e tem assumido, ao longo da história, diferentes concepções teóricas e ideológicas, que influenciam, inclusive, a própria concepção de universidade – do assistencialismo inicial com que se caracterizou (dar algo a quem não tem, visão unidirecional e empobrecedora da extensão), há um longo processo até a conquista de um status acadêmico que lhe confira o valor que agrega à

formação do graduando, por meio de uma relação bidirecional em que ambos os lados se enriquecem.

Nesse contexto, diante dos questionamentos sobre quais impactos a extensão universitária traz ao discente em formação e do porquê de a mesma estar incluída nas dimensões de diretrizes da educação do ensino superior (JEZINE, 2004), julgamos necessário dar voz a estes sujeitos, os graduandos – neste caso, buscamos evidenciar a percepção dos discentes de um curso da área gerencial, o Curso de Ciências Contábeis, quanto ao conhecimento, ao acesso e à participação em práticas extensionistas em suas universidades, bem como verificar a importância da extensão universitária na formação do profissional (o Contador) e quais as contribuições que constata nesse processo de educação.

Assim, este estudo tem como intuito responder ao seguinte questionamento: Qual a percepção dos discentes de alguns cursos superiores em Ciências Contábeis da Região Metropolitana de Belo Horizonte sobre a extensão universitária? Esta pesquisa tem sua relevância por mapear aspectos da percepção dos discentes sobre a concepção da extensão universitária e, ainda que de forma modesta, convida os envolvidos a uma reflexão sobre a relação entre sociedade e universidade, vista esta como espaço de criação e recriação de conhecimento, em articulação com aquela, que lhe indica rumos e demandas a serem considerados.

2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

2.1 Breve história da extensão universitária no Brasil

A extensão universitária surgiu na Inglaterra, no século XIX, com a intenção de direcionar novos caminhos para a sociedade e promover a educação continuada. Com o advento da Revolução Industrial, a sociedade passou a exigir novas demandas para atender ao modelo econômico vigente, o qual necessitava de mão de obra especializada. Consequentemente, a universidade começou a cogitar alternativas para aproximar-se dos sujeitos sociais que estavam fora desse contexto (SOUZA, 2014).

A ideia inicial era trazer atividades da universidade voltadas para a população mais pobre, uma espécie de movimento social. Essa ideia, considerada nobre, despertou o entusiasmo de busca por maiores e imediatos resultados, bem como constante, intenso e prolongado esforço. Ao mesmo tempo, constatou-se que para instruir pessoas que não tinham acesso à escola era necessário despertar nelas o desejo de aprender. (CELESTE, 2010).

A extensão universitária desenvolvida no Brasil sofreu influência das correntes europeia e americana. As primeiras experiências extensionistas brasileiras apareceram a partir do delineamento de uma política educacional estatal (CELESTE, 2010). A extensão universitária, entre nós, está prevista desde a legislação de 1931, que, mediante o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, estabeleceu as bases do sistema universitário brasileiro (FLORIDO, 2009).

De acordo com Paula (2013), a extensão universitária no Brasil é vista como tendo três grandes fases:

Tabela 1 – Etapas da extensão universitária no Brasil

Período	Características principais
Anterior a 1964	Sua centralidade foi dada pela campanha pela escola pública e pela aproximação com o movimento das reformas de base, a partir de obra e de prática de Paulo Freire.
Entre 1964 a 1985	Polarizada pela emergência e demandas dos movimentos sociais urbanos.
Pós-Ditadura	Caracteriza pela emergência de três grandes novos elencos de demandas, a saber: (i) as decorrentes do avanço dos movimentos sociais urbanos e rurais; (ii) as que expressam a emergência de novos sujeitos e direitos, que ampliaram o conceito de cidadania e (iii) as demandas do setor produtivo nos campos da tecnologia e da prestação de serviços.

Fonte: Adaptado de Paula, 2013.

A partir de 1985, com o processo de redemocratização do país, até os dias atuais, houve dois acontecimentos relevantes na base legal da educação brasileira. O primeiro foi a promulgação da Constituição Federal do Brasil, em 1988, na qual foram constatados os artigos que tratam da educação, ressaltando alguns pontos importantes para o ensino superior (SOUZA, 2014). O artigo 207 da Constituição Federal de 1988, já mencionado, enfatiza que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

O segundo acontecimento relevante para a educação brasileira foi a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por meio da Lei nº 9.394, em 23 de dezembro de 1996, o que representou o marco da institucionalização de políticas educacionais que já vinham sendo gestadas e implantadas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo governo anterior (FREITAS, 1999). A LDB estabelece as bases da educação nacional, institui o sistema de diretrizes curriculares e, com ele, abre caminhos para a inclusão de atividades denominadas complementares, incluindo, como parte do processo de formação dos estudantes, ações de extensão, ao lado das atividades de pesquisa.

Em 1999, no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), foi elaborado o Plano Nacional de Extensão Universitária, com o objetivo de promover uma reflexão acerca do compromisso da universidade com a transformação

social. Como ponto de partida, o documento apresenta a extensão universitária como atividade acadêmica, traçando eixos temáticos considerados primordiais para atuação em atendimento às demandas sociais: desenvolvimento econômico, social, cultural e político, visando à produção de conhecimento, formação humana e profissional (CUNHA, 2013).

O Plano Nacional de Extensão Universitária constitui, hoje, uma referência em termos de políticas nacionais, possibilitando o desenvolvimento e a experiência enquanto prática formativa de estudantes de graduação envolvidos em atividades de extensão universitária a um espaço de construção de outros modos de pensar, resultando na produção de uma pluralidade de saberes e práticas. (CUNHA, 2013).

2.2 Conceitos, diretrizes e concepções atuais da extensão universitária

A extensão universitária é definida no Plano Nacional de Extensão como o processo educativo, cultural e científico que articula, amplia, desenvolve e realimenta o ensino e a pesquisa, estabelece a troca de saberes entre a sociedade e a universidade e tem como consequência a produção de conhecimento, propicia a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade (NOGUEIRA, 2005).

Para Angioni, citado por Batomé (2010), a extensão universitária, antes de extensão, é universitária e, nesse sentido, sua definição (seus modos e formas de atuação) decorre da concepção e da identidade da própria universidade em que se materializa. Com isso, a extensão pode ser definida como uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração de um conhecimento acadêmico em interlocução com esta, numa práxis que se mostra relevante ao próprio fazer científico.

A Política Nacional de Extensão é fruto de um pacto entre as Instituições de Ensino Superior (IES) participantes do FORPROEX e está lastreada em documentos, como o Plano Nacional de Extensão de 1999, o Sistemas de Dados e Informações e a Avaliação da Extensão Universitária (cf. CELESTE, 2010).

O FORPROEX define as diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de extensão universitária, de forma ampla e aberta. Essas diretrizes são as seguintes: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e, finalmente, impacto e transformação social. As características principais de cada diretriz serão apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 2 – Diretrizes da extensão universitária

Diretriz	Características principais
Interação Dialógica	Orienta o desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos e setores.
Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade	Buscam superar essa dicotomia, combinando especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações.
Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão	Na perspectiva de processo acadêmico, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa).
Impacto na Formação do Estudante	Constitui aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que enseja, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilita. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira.
Impacto e Transformação Social	Mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e as necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, para o aprimoramento das políticas públicas.

Fonte: Adaptado de FORPROEX, 2012.

As concepções de extensão determinam suas atividades, porém uma gama enorme e variada de atividades torna difícil qualificar qualquer atividade como conceitualmente equivalente. Celeste (2010) enfatiza que três concepções de extensão são abordadas no contexto da universidade moderna brasileira, a saber: (i) Concepção tradicional ou fundamentalista: a extensão, mesmo autônoma e independente, está desarticulada do ensino e pesquisa; (ii) Concepção processual: aqui a extensão passa a ser a articuladora entre universidade e sociedade, combatendo o puro assistencialismo; e (iii) Concepção crítica: propõe uma visão radical em relação à indissociabilidade.

A política nacional de extensão vem sendo pactuada pelas Instituições de Ensino Superior (IES) integrantes do FORPROEX, e está expressa no Plano Nacional de Extensão, publicado em novembro de 1999 (FORPROEX, 2015). Esse plano abrange as áreas temáticas, as linhas de extensão e ações de extensão, explicitadas na tabela a seguir:

Tabela 3 – Política Nacional de Extensão

Divisão	Subdivisões
Áreas temáticas	1. Comunicação, 2. Cultura, 3. Direitos Humanos e Justiça, 4. Educação, 5. Meio ambiente, 6. Saúde, 7. Tecnologia e produção e 8. Trabalho.
Linhas de extensão	1. Alfabetização, leitura e escrita, 2. Educação profissional, 3. Formação de professores, 4. Espaços de ciência, 5. Tecnologia de informação, 6. Artes cênicas, 7. Artes integradas, 8. Artes plásticas, 9. Artes visuais, 10. Música, 11. Patrimônio cultural, histórico e natural, 12. Comunicação estratégica, 13. Jornalismo, 14. Desenvolvimento regional, 15. Desenvolvimento urbano, 16. Desenvolvimento rural e questão agrária, 17. Questões ambientais, 18. Recursos hídricos, 19. Resíduos sólidos, 20. Direitos individuais e coletivos, 21. Grupos sociais vulneráveis, 22. Pessoas com deficiências, incapacidades e necessidades especiais, 23. Uso de drogas e dependência química, 24. Segurança pública e defesa social, 25. Infância e adolescência, 26. Jovens e adultos, 27. Terceira idade, 28. Emprego e renda, 29. Empreendedorismo, 30. Gestão do trabalho, 31. Gestão informacional, 32. Gestão institucional, 33. Gestão pública, 34. Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares, 35. Desenvolvimento tecnológico, 36. Desenvolvimento de produtos, 37. Inovação tecnológica, 38. Propriedade intelectual e patente, 39. Saúde animal, 40. Saúde humana, 41. Saúde da família, 42. Saúde e proteção no trabalho, 43. Endemias e epidemias, 44. Fármacos e medicamentos, 45. Esporte e lazer, 46. Segurança alimentar e nutricional, 47. Turismo, 48. Estilismo, 49. Línguas estrangeiras, 50. Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem e 51. Desenvolvimento humano.
Ações de extensão	1. Programa, 2. Projeto, 3. Curso, 4. Evento e 5. Prestação de serviços.

Fonte: Adaptado de FORPROEX, 2012.

Todas as ações de extensão deverão ser classificadas segundo a área temática. Dado que grande parte delas pode ser relacionada a mais de uma área, as ações devem ser classificadas em área temática principal e, opcionalmente, em área temática secundária (NOGUEIRA, 2005).

São consideradas ações de extensão os programas, projetos, cursos, eventos, prestações de serviços especializados, além da elaboração de publicações e produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica (MACKENZIE, 2015). Os programas são conjuntos articulados de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. O projeto é ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. O curso é ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejado e organizado de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos (CELESTE, 2010). Eventos são ações que implicam a apresentação e exibição pública e livre, ou também com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade. Prestação de serviços é a realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (MACKENZIE, 2015).

2.3 A importância da extensão universitária em Contabilidade

A Contabilidade é uma ciência social que sofre grandes influências dos aspectos culturais, históricos, políticos e econômicos do ambiente em que atua, influenciando nos procedimentos contábeis de cada país, sofrendo, assim, constantes ações do ser humano. É um processo de identificação, medição e comunicação de informação econômica que permite juízos e decisões por parte dos usuários (NIYAMA, 2009). Como ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupa-se com a realidade, as evidências e o comportamento dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

O Curso de Ciências Contábeis tem sido historicamente associado à formação de um profissional prático, voltado ao mercado de trabalho meramente contábil. Contudo, com o passar do tempo, movimentos de globalização, crises internacionais nos países e a chegada da era da informação têm requerido não apenas um profissional tecnicista, mas humanista e com sensibilidade às mudanças do ambiente e disposto a aprender a aprender (CAJAVILCA *et al.*, 2013).

O Bacharel em Ciências Contábeis é o profissional que identifica e apresenta soluções para os diversos problemas contábeis e gerenciais pertinentes às entidades, consciente da busca permanente de atualização e aperfeiçoamento profissional e pessoal. Assim, deve conhecer as práticas contábeis, societárias, fiscais e tributárias aplicadas às entidades, tendo compromisso com a sociedade, visando aplicar seus conhecimentos em prol do engrandecimento da mesma (SONTAGET *et al.*, 2007).

Castro (2009, p.11), ao citar Marion (2001), defende que “a educação para os futuros contadores deveria produzir profissionais que tivessem amplo conjunto de habilidades e conhecimentos”. Assim, o processo de ensino e aprendizagem na formação do profissional contábil deve englobar criatividade, inovação, competência e a capacidade de se adequar à era da globalização, para que possa, enfim, enfrentar o novo mercado de trabalho.

O ensino consiste no ato de transmitir informações, de organizar as condições de aprendizagem para que o conhecimento seja construído e representa uma das faces do processo educacional. Como a extensão consiste em um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade (CURCINO, LEMES; 2012), mostra-se pertinente à formação do contador.

Verifica-se, contemporaneamente, a necessidade de um perfil empreendedor do egresso em Ciências Contábeis, visto que a inter-relação socioambiental demanda não apenas um postura independente e crítica do profissional, mas também que ele seja dotado de características como autoconfiança, assertividade, liderança, criatividade, satisfação pessoal, e ainda que possa, através do contato direto com seus pares, a comunidade, as organizações, isto é, a sociedade em geral, ser

um multiplicador de estratégias inovadoras. Isso porque a realidade cobra uma “sustentabilidade ecológica”, ou seja, a busca de soluções ao complexo problema que temos hoje de aliar desenvolvimento econômico com a conservação, recuperação e a proteção ambiental, aqui entendida numa perspectiva ampla (CAJAVILCA *et al.*, 2013).

Atualmente, uma forma de avaliação do ensino superior se dá através do Exame Nacional de Desempenho dos estudantes (ENADE), que faz parte de um conjunto de avaliações sistêmicas nacionais. O ENADE é a avaliação dos estudantes da Educação Superior em fase final dos cursos de graduação, como forma de mensurar o conhecimento agregado durante sua formação acadêmica. É aplicado para estudantes concluintes de um curso em um ciclo trienal de avaliação, incluído nos resultados uma noção de valor agregado.

Os cursos de Ciências Contábeis foram avaliados no ciclo de 2012 e 2015. (CRUZ, TEIXEIRA; 2012). Gradualmente, por meio das avaliações do ENADE e das avaliações de cursos de graduação *in loco*, tem-se percebido a preocupação do MEC quanto às práticas de extensão nos cursos todos, o que não é diferente em relação ao Curso de Ciências Contábeis. Dessa forma, cabe às universidades uma atuação cada vez mais voltada à apresentação de contributos efetivos ao melhor ensino da Contabilidade e a atividades de extensão universitária, sem desconsiderar, permanentemente, as realidades e peculiaridades institucionais, locais, regionais e nacionais.

3 MAPEANDO AS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DE CONTÁBEIS

3.1 Tipo de Pesquisa e Coleta de Dados

O presente estudo caracterizou-se como pesquisa descritiva exploratória, de natureza qualitativa e teve como objetivo mapear e analisar a percepção dos discentes do Curso de Ciências Contábeis de algumas IES da cidade de Belo Horizonte e entorno quanto à extensão universitária. O fato de o levantamento de dados referirem-se ao entendimento de um grupo sobre determinado objeto, no caso, a extensão universitária, reforça a natureza qualitativa deste estudo. Seu caráter exploratório está ligado ao fato de não ter como premissa obter números, mas *insights* ou assertivas que irão direcionar nosso olhar sobre os dados.

Os estudos descritivos contribuem para apresentar características específicas e/ou gerais de determinado fenômeno, potencializando o desenvolvimento de hipóteses a serem testadas quanto ao fenômeno de interesse (MALHOTRA, 2009). Nossa metodologia passou também pela pesquisa bibliográfica, pois se fez uso dos estudos de vários autores para a fundamentação teórica da pesquisa.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, o presente estudo utilizou-se da técnica de levantamento de dados, que, conforme Beuren *et al.* (2008), trata-se de um método de coleta de dados feito por meio da interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

O universo da pesquisa foi constituído por alunos de alguns dos Cursos de Ciências Contábeis da cidade de Belo Horizonte e seu entorno (RMBH). Foi coletada uma amostra de 124 estudantes que se dispuseram a responder os questionários disponibilizados por meios eletrônicos e impressos. Assim, a amostra configura-se como não probabilística e formada pelo critério de acessibilidade. Os dados, de origem primária, foram coletados entre novembro de 2015 e janeiro de 2016.

3.2 Tratamento dos dados

Utilizou-se, como instrumento de recolha de dados, um questionário aplicado no período de novembro de 2015 a janeiro de 2016, de duas formas distintas, a saber: (i) pessoalmente, por meio de via impressa; e (b) *on-line*, pelo direcionamento do *link* do questionário em formato de formulário *on-line*, criado pelo programa *Google Docs*, para os alunos que compõem a amostra. A motivação que levou à adoção dessas formas de coleta de dados deu-se pela acessibilidade aos alunos, em decorrência do encaminhamento do término do ano letivo. No total, verificou-se a resposta de 124 respondentes, dentre os quais 95 foram obtidos pela aplicação do questionário impresso e 29 foram recebidos na modalidade *on-line*, delimitando, portanto, a amostra do estudo.

No primeiro momento, foram analisados os dados de natureza qualitativa referentes ao teste de levantamento pela coleta dos dados. Seus resultados foram tabulados utilizando como apoio do *MS Excel*. Os dados de natureza quantitativa foram analisados por meio de procedimentos estatísticos manipulados nos programas *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) v.20.0® e *MS Excel*, a partir da utilização da Estatística Descritiva.

Na segunda verificação, foram elaboradas perguntas relacionadas à extensão universitária nas universidades dos respondentes. Os entrevistados eram convidados a dar nota de 1 (Insuficiente) a 5 (Excelente) a cada pergunta respondida. Por fim, foi aplicado um questionário com perguntas abertas, com o objetivo de conhecer os discentes quanto à experiência em extensão universitária, deixando, assim, a resposta livre para que desenvolvessem o raciocínio que considerasse importante sobre o assunto.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Estatística Descritiva

Por meio da estatística descritiva, buscou-se identificar as características dos alunos que compõem a amostra no que tange à fase em que se encontram matriculados, ao gênero, à idade, ao período da graduação e ao turno em que estudam. Os resultados apresentados foram encontrados através das questões de 01 a 07.

Tabela 4 – Estratificação turno x gênero

Amostra estratificada	Gênero		Faixa etária				
	Masc.	Fem.	Até 20 anos	Entre 21 e 25 anos	Entre 26 e 30 anos	Entre 31 e 35 anos	Acima de 36 anos
Manhã	10	16	6	16	4	0	0
Noite	46	52	40	36	8	10	4
Total	56	68	46	52	12	10	4

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Conforme demonstrado na Tabela 4, verifica-se que dos 124 alunos respondentes, a grande maioria está matriculada no turno da noite, o que corresponde a 79% dos entrevistados. Quanto ao gênero, os percentuais de entrevistados obtiveram um valor semelhante, correspondendo a 45% do sexo masculino e 55% do sexo feminino. Verificou-se ainda que as faixas etárias predominantes foram “até 20 anos”, que corresponde a 37% dos entrevistados, e “entre 21 e 25 anos”, que corresponde a 42% dos entrevistados.

Tabela 5 – Estratificação turno x período

Amostra estratificada	Período atual				
	Anterior ao 5°	5°	6°	7°	8°
Manhã	2	2	2	6	18
Noite	25	79	14	4	2
Total	27	51	16	10	20

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

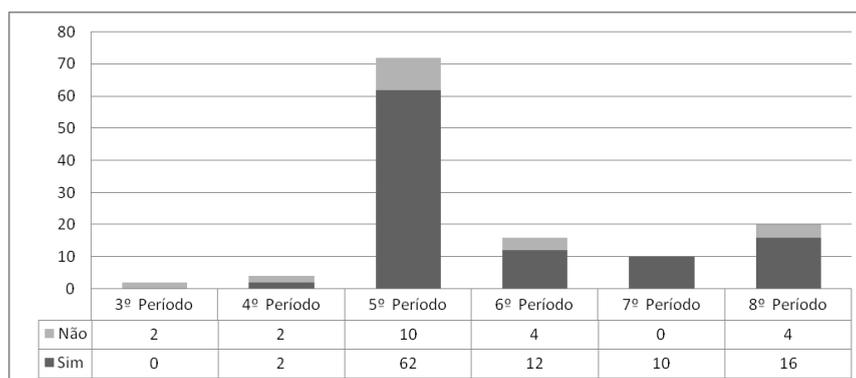
Analisando-se os resultados apresentados na Tabela 5, foi possível constatar que o período da graduação predominante foi o 5°, correspondendo a 41% dos entrevistados.

Observadas as análises das variáveis categóricas, busca-se, a seguir, relacioná-las com as demais variáveis qualitativas da pesquisa. A questão 04 verificava se o respondente conhece alguma(s) ação(ões) de extensão em seu curso superior. As opções de resposta eram “sim” e “não”. Dos 124 respondentes da pesquisa, 24% disseram desconhecer algum tipo de ação de extensão, o que representa uma expressão grande da amostra. 76% responderam que conheciam e 4% não souberam responder.

A pergunta seguinte questionou se o Curso de Ciências Contábeis na instituição escolhida pelo respondente possui coordenador de extensão. As opções de resposta eram “sim”, “não” e “não sei”. Dos 124 respondentes da pesquisa, 32% não sabiam se há coordenador de extensão no curso, o que também representa uma expressão grande da amostra; 61% responderam que conheciam ou não sabiam e 7% não souberam responder.

O Gráfico 1 demonstra que, quanto mais tempo o aluno permanece na universidade, maior a propensão a conhecer as ações de extensão, com destaque para os períodos derradeiros da graduação, em que 77% dos respondentes conhecem alguma ação de extensão. O mesmo ocorre com respeito ao conhecimento acerca da presença do coordenador de extensão: os alunos dos últimos períodos da graduação conhecem o coordenador, diferentemente dos alunos dos períodos iniciais:

Gráfico 1 – Conhecimento de ação(ões) de extensão e tempo de estudo



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A próxima questão aplicada era relacionada à participação dos alunos em ações de extensão no Curso de Ciências Contábeis que frequentavam. A questão 08 do questionário aplicado perguntou se o respondente tem vontade de participar de ações de extensão. As opções de resposta eram “sim” e “não”. Dos 124 respondentes da pesquisa, 34% responderam que não, já 66% responderam que sim.

Foi aplicada ainda uma questão cujo intuito era tentar diagnosticar quais eram os empecilhos para a participação em práticas de extensão na universidade. Dos 124 respondentes da pesquisa, 75% responderam que a maior dificuldade para a participação em ações de extensão era o tempo disponível para conciliar os estudos e o serviço externo ou emprego. A tabela a seguir apresenta as demais respostas dos entrevistados:

Tabela 6 – O principal motivo que dificulta a participação em ações de extensão

Motivos	N	%
Tempo disponível para conciliar aula e o serviço externo	92	75
Orientação sobre como funciona a participação dos alunos	10	8
Informações sobre as ações de extensão	6	5
Não participo(ei) porque não tenho interesse	6	5
Falta de ações de extensão na minha área de formação	2	1
Falta de apoio financeiro ou apoio insuficiente (bolsas, passagens e outros)	4	3
Não preencheu	4	3
TOTAL	124	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Os entrevistados foram questionados se atuam na área em que estão se graduando. As opções de resposta eram “sim” e “não”. Dos 124 entrevistados, 110 trabalham na área de estudo, o que corresponde a 89% dos entrevistados.

4.2 Análise de conteúdo da percepção dos discentes sobre o conceito de extensão universitária

A questão número 11 perguntou se os respondentes conseguiriam conceituar extensão universitária. As opções de resposta eram “sim”, “não” e “não sei”. Dos 124 respondentes da pesquisa, 85% disseram não conseguir definir o conceito de extensão universitária, o que representa uma expressão grande da amostra, e 15% responderam que conseguiriam definir. Entendemos que isso se deva à abrangência ainda pequena da extensão nos cursos analisados, pois se trata de um conceito que se consolida por meio de experiências ou vivências em práticas de extensão, e não algo abstrato.

Após essa questão, o questionário apresentou uma série com cinco perguntas acerca da percepção do aluno quanto a investimentos (em recursos humanos ou outros) feitos pela universidade para visibilização e consolidação da extensão universitária. Obtiveram-se os resultados a seguir:

Tabela 7 – Percepção dos alunos sobre o fomento a ações e práticas de extensão por parte das instituições

Questão	Avaliações				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
1. Com qual intensidade o curso realiza projetos de extensão?	6	19	62	22	15
2. Com qual intensidade a universidade desenvolve práticas de extensão?	7	35	44	19	19
3. O coordenador de extensão incentiva a escrever novos projetos de extensão?	6	34	30	36	18
4. O coordenador incentiva a participar das práticas realizadas de extensão?	4	36	40	22	22
5. A universidade enfatiza a importância da extensão universitária no processo de formação do profissional em Ciências Contábeis?	19	35	36	22	12

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Nas cinco questões mostradas na tabela acima, em que indicariam suas vivências e percepções sobre extensão, os alunos atribuíram nota em uma escala de 01 a 05, sendo (01) Insuficiente, (02) Fraco, (03) Regular, (04) Bom e (05) Ótimo. Os resultados são apresentados na Tabela 8:

Tabela 8 – Estratificação das respostas da vivência.

Avaliações	%	Avaliações	%
01 ao 03		04 e 05	
87	70	37	30
86	69	38	31
70	57	54	43
80	65	44	35
90	73	34	27

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

As avaliações do nível 01 ao nível 03 (Insuficiente, Fraco e Regular) obtiveram o maior percentual de respostas em todas as questões aplicadas, apresentando um resultado preocupante. Na questão que avaliava a intensidade da realização de projetos e/ou cursos de extensão (questão 2) por parte da universidade, os níveis baixos (escalas 01, 02 e 03) apresentaram uma média 69% das avaliações em um dos níveis, enfatizando que as universidades representadas nesta amostragem, em sua maioria, não têm realizado projetos e cursos de extensão no curso avaliado.

Nas questões que abordavam o papel do coordenador de extensão (ou profissional que assume o papel de disseminar e organizar as práticas de extensão), ou seja, se o mesmo incentivava a produção de novos projetos de extensão e a participação em práticas de extensão, a média também

apresentou 75% das respostas avaliadas nos 3 níveis baixos. Por fim, a questão que perguntava se a universidade enfatiza a importância da extensão universitária no processo de formação do profissional, os 3 níveis baixos foram respondidos por 90 alunos, atingindo o resultado de 73%, sendo importante destacar que 19 deles atribuíram nível 01, insuficiente.

A próxima seção de questões estava relacionada à participação dos alunos em atividades de extensão. Buscou-se ainda verificar se os mesmos possuíam informações acerca da oferta de cursos ou eventos de extensão, caso a universidade os tivesse. As opções de resposta eram “sim” e “não”, e os resultados são apresentados na Tabela 9:

Tabela 9 – Estratificação das respostas dos discentes em extensão

Questão	Avaliação			
	Sim		Não	
	n	%	n	%
Você participa dos eventos de extensão da universidade?	14	11	110	89
Você participa(ou) de cursos de extensão?	14	11	110	89
Você recebeu informações sobre a extensão quando ingressou na universidade?	34	27	90	73
Você já foi informado ou tomou conhecimento sobre os programas ou projetos de extensão desenvolvidos na universidade?	100	81	24	19
As informações recebidas sobre a extensão atenderam às suas necessidades?	74	60	50	40
Você concorda que nas ações de extensão existe igualdade de acesso para a participação dos graduandos?	96	77	28	23
Você recebe(u) informações dos professores sobre a extensão universitária?	80	64	44	36
Você acessa o <i>site</i> da Pro reitoria de extensão do seu curso?	32	25	92	75
Você busca(ou) informações no site Pró-reitoria de extensão?	30	24	94	76

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

É interessante analisar que 81% dos entrevistados foram informados ou tomaram conhecimento sobre os programas ou projetos de extensão desenvolvidos em sua universidade, e apenas 11% destes participam de eventos ou cursos de extensão. Todavia, apenas 27% dos entrevistados recebem informações sobre extensão universitária nas universidades, percebendo-se que os mesmos obtêm conhecimento acerca da extensão nos níveis à frente. Outro percentual preocupante é que apenas 25% dos entrevistados buscam informação de cursos de extensão no *site* ou até mesmo em interlocução com seus professores.

A próxima pergunta do questionário aplicado foi direcionada somente aos entrevistados que já participaram de projetos e práticas de extensão. Foi-lhes perguntado: (a) qual a importância da prática de extensão no âmbito social (relação universidade / sociedade) e (b) qual a importância da

prática da extensão na formação do profissional de Ciências Contábeis. A questão “a” não foi respondida por três entrevistados, e a questão “b” teve sete abstenções. As questões foram dissertativas e algumas das respostas estão apresentadas na Tabela 10, a seguir:

Tabela 10 – Respostas dos discentes com experiência em extensão

Questão	Algumas respostas
a) Qual a importância da prática de extensão no âmbito social (relação universidade / sociedade)?	<p>Além de contribuir para o crescimento da sociedade, apresenta uma prática diferenciada do curso e na formação teórica para o graduando.</p> <p>É de vital importância para o crescimento social, além da conscientização da população em cuidar do meio ambiente, das crianças e adolescentes a fim de trazer uma sociedade melhor através das ações de extensão.</p>
b) Qual a importância da prática de extensão com a prática acadêmica?	<p>Fundamental, desenvolver o lado prático e social.</p> <p>É uma ótima prática para se exercitar áreas de estudo de curso, conhecimento e atuação.</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Observando-se as respostas encontradas nessas questões dissertativas, percebe-se o papel que a extensão universitária desenvolve, sob a ótica dos alunos entrevistados. A extensão permite formar uma ligação entre a universidade e a comunidade, de forma a transmitir para esta saberes e conhecimentos adquiridos dentro da academia, e assim promover uma interlocução que representa um *feedback* à instituição sobre o alcance de suas ações e a relevância dos conhecimentos produzidos. Além do mais, o conhecimento a ser transmitido pelos discentes e docentes pode ser aprimorado à medida que se conhece e vivencia a realidade de outrem (CAJAVILCA *et al.*, 2013).

A última questão dessa seção, também aplicada ao grupo que já teve oportunidade de se inserir em práticas extensionistas, perguntou sobre quais os temas que os entrevistados consideram interessantes para serem desenvolvidos em práticas de extensão em suas universidades no Curso de Ciências Contábeis. Os principais temas, apresentados livremente, foram: (i) Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF); (ii) Finanças e educação financeira; (iii) Controladoria; (iv) Contabilidade social; (v) Práticas contábeis e (vi) Contabilidade para deficientes. Isso aponta para temas que podem se transformar em projetos ou práticas extensionistas que despertem o interesse dos graduandos em participar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve a finalidade de analisar a percepção dos discentes de alguns cursos superiores em Ciências Contábeis de Belo Horizonte sobre a extensão universitária, partindo do pressuposto de que a extensão universitária contribui tanto para a sociedade quanto para o aluno graduando, além de ser, juntamente com o ensino e pesquisa, uma dimensão indissociável do fazer acadêmico característico das universidades brasileiras.

Acredita-se que os resultados deste estudo podem servir de indicador para a construção e aperfeiçoamento da extensão nas universidades, como também auxiliar as instituições de ensino e os coordenadores de extensão quanto ao papel social e à visão dos discentes. Pelos resultados obtidos, os objetivos da pesquisa foram adequadamente alcançados, verificando-se, em síntese, que a maioria dos discentes já ouviu falar de extensão universitária, mas poucos sabem de ações extensionistas em suas universidades ou em seu curso, ou mesmo se este apresenta um profissional que atue na coordenação de extensão.

É importante ressaltar que muitos dos discentes não têm interesse em desenvolver projetos e práticas de extensão e o fator que mais dificulta tais práticas é a falta de tempo, devido aos estudos e aos serviços externos, que precisam ser compatibilizados.

Quanto ao conceito de extensão universitária, poucos disseram conseguir defini-la, tampouco percebem a importância da extensão para a sociedade e para sua própria formação, possivelmente em decorrência da incursão de pequeno número de graduandos nas ações de extensão.

Foi avaliado também que faltam incentivos das universidades e dos coordenadores ao desenvolvimento de práticas de extensão, apesar de os resultados apontarem que os próprios discentes não procuram saber das ações e práticas de extensão, mesmo quando sabem que as universidades as desenvolvem. Por outro lado, uma pequena parcela dos entrevistados, que tinha conhecimento acerca do objeto analisado, destacou a importância da extensão no processo de formação do aluno e os benefícios que tais ações trazem às universidades.

Na última seção, foram destacadas as principais áreas das Ciências Contábeis em que as ações de extensão estão presentes, além de quais assuntos poderiam virar uma futura prática de extensão, na visão dos discentes.

Esperamos que esta pesquisa sirva como referencial para o desenvolvimento de ações de extensão nas universidades, servindo de alerta quanto à importância de tais práticas para o processo de formação do aluno, para a universidade e para a sociedade, além de base para o desenvolvimento

de outras pesquisas na área. Por outro lado, há uma natural limitação dos resultados, uma vez que a amostra restringiu-se somente à cidade de Belo Horizonte, sugerindo-se, portanto, que futuras pesquisas possam ser desenvolvidas em outras cidades e estados.

Além disso, outros cursos de graduação podem ser pesquisados, possibilitando análises comparativas que evidenciem as possíveis divergências entre a percepção dos alunos de diferentes cursos. Por fim, este estudo pode ser continuado com a utilização de novas categorias de análise para a compreensão da abrangência ou dos desafios da extensão nas universidades mineiras.

REFERÊNCIAS

- BEUREN, Ilse Maria *et al.* **Elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2008.
- BRASIL, Senado Federal. Constituição da república Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União.** Brasília, 1988.
- CAJAVILCA, Erick Samuel Rojas *et al.* **Importância do ensino-extensão-pesquisa no processo de internacionalização contábil: a visão dos discentes.** 2013.
- CASTRO, Adelvandro Felício de. Visão e Características do ensino da Contabilidade adotado no Brasil. **Revista Mineira de Contabilidade.** Belo Horizonte, 2º trim., ano X, n. 34, p. 6-13, 2009.
- CELESTE, R. K; MIGUENS Jr., S. A. Q. Extensão universitária e trabalho voluntário na formação do acadêmico em Odontologia. **Arquivos em Odontologia**, v. 47, n. 2, p. 95-103, 2011.
- CUNHA, Ana Luiza Salgado. **A experiência como prática formativa de estudantes na extensão universitária.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Educação. Viçosa, 2013.
- CUNHA, Lenilda Soares et al. **Extensão universitária: diálogos populares.** Editora Universitária, 2002.
- CURCINO, Geordana; LEMES, Sirlei. Percepção dos alunos de Ciências Contábeis sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa de Educação Tutorial em Administração, Direito e Economia. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 9, n. 17, 2012.
- CRUZ, Alair José *et al.* Desempenho dos Alunos no Enade de 2009: um estudo empírico a partir do conteúdo curricular dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 6, n. 2, p. 178-203, 2013.
- CRUZ, Breno de Paula Andrade et al. Extensão universitária e responsabilidade social: 20 anos de experiência de uma instituição de ensino superior. **Environmental & Social Management Journal/Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 5, n. 3, 2011.
- FREITAS, Helena Costa Lopes de et al. A reforma do ensino superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. **Educação & Sociedade**, 1999.

FORPROEX. **Extensão Universitária:** organização e sistematização / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

IUDICIBUS, Sérgio de *et al.* **Manual de Contabilidade Societária FIPECAFI.** São Paulo: Atlas, 2010.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisas de marketing:** uma orientação aplicada. Tradução de Laura Bocco. 4a.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MACKENZIE. **Programas, projetos e eventos de extensão.** 2015. Disponível em: <<http://up.mackenzie.br/extensao/>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

MARION, José Carlos; MARION, Márcia Maria Costa. A Importância da Pesquisa no Ensino da Contabilidade. **Boletim do IBRACON**, São Paulo: IBRACON n. 247, 1998.

MARTINS, Lígia Márcia. **Ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade.** São Paulo: Unesp, 2012.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional.** São Paulo: Atlas, 2009.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PAULA, João Antônio. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013.

SOUZA, Gezilda Borges de. **Extensão universitária em campo:** Possibilidades para a formação dos estudantes da Universidade Federal da Bahia. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade (PPGEISU), 2014.

SONTAG, Anderson Giovane et al. Fatores que influenciam a opção pelo curso de Ciências Contábeis. **VI SEMINÁRIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE CASCAVEL**, 2007.